

GÊNERO NO SEMIÁRIDO BAIANO: DIVISÃO DO TRABALHO SEGUNDO A PERSPECTIVA DA JUVENTUDE RURAL

Karolina Batista Souza¹; Erasto Viana Silva Gama²

¹ Programa de Pós-Graduação em Inovação Social, com ênfase em Economia Solidária e Agroecologia do IF Baiano, Campus Serrinha – BA; *XERÓFILAS; LaPPRuDes, IF Baiano*. E-mail: karolinasouza@ymail.com

² Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Lavouras Xerófilas - *XERÓFILAS. Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), Campus Serrinha – BA*. E-mail: erasto.ifbaianoserrinha@gmail.com

Resumo: Gênero refere-se às diferenças socialmente construídas nas relações e interações sociais entre os sexos feminino e masculino. Essas diferenças são percebidas nos variados contextos e vivências, sendo o espaço rural do semiárido baiano o enfoque do presente estudo. Historicamente o papel das mulheres na agricultura familiar é voltado às necessidades de reprodução social de famílias, em contraposição ao papel produtivo dos homens, naturalizando o que é o trabalho de mulher e de homem numa propriedade agrícola familiar. Refletir e elaborar estratégias de novas formas de convivência com o semiárido envolve considerar as questões pertinentes às relações de gênero e para tal utilizou-se de uma das ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) para construir junto à juventude rural do Território do Sisal (BA) conhecimentos sobre a divisão sexual do trabalho, invisibilidade e desvalorização do trabalho feminino. O diagnóstico foi realizado por 27 jovens estudantes com seus familiares, no mês de setembro de 2016. A análise das atividades diárias dos homens e mulheres participantes da pesquisa demonstrou que apesar do destaque atual nos estudos e movimentos de gênero, no âmbito privado do universo estudado pouco se avançou, evidenciado a permanência dos moldes patriarcais na divisão do trabalho, explícito na execução do trabalho doméstico, na menor inserção das mulheres analisadas no espaço de trabalho público e no pouco envolvimento dessas com as atividades produtivas do campo. Conclui-se então que é preciso criar estratégias que promovam relações sociais igualitárias, contrapondo-se à naturalização da situação de opressão e tornando visível o trabalho desenvolvido pelas mulheres.

Palavras-chave: mulher rural; semiárido; divisão sexual do trabalho.

Introdução

Na maioria das sociedades, há diferenças e desigualdades entre mulheres e homens nas funções e responsabilidades atribuídas, atividades desenvolvidas, acesso e controle dos recursos, bem como oportunidades de tomada de decisão (IBGE, 2010).

Nesse contexto, compreendemos que gênero (SCOTT, 1995) é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, como também é uma forma de

significar as relações de poder, abrangendo mulheres e homens em sociedades e concepções diversas, contando com marcadores distintos como raça, idade, classe, religião entre outros.

Nos espaços rurais essas diferenças também são fortemente percebidas. Caporal e Paulus et al. (2009) remontam que desde as suas origens, a história da agricultura se confunde com a história dos povos e a sua organização em sociedades, remetendo a uma percepção de sistemas biológicos em interação com manifestações culturais, que além de tratar de processos naturais, trata de processos socioculturais, de uma construção humana.

Rios e Bastos et al. (2015) relatam que historicamente o papel das mulheres na agricultura familiar é voltado às necessidades de reprodução social de famílias rurais, em contraposição ao papel produtivo dos homens, tornando-se expressão da naturalização do que é o trabalho para a mulher e para o homem numa propriedade agrícola familiar. De acordo com os autores a reflexão de gênero toma grande importância a partir da década de 1980 no meio rural brasileiro. Até então o que havia de fato era um processo histórico de invisibilidade das mulheres rurais, que ainda se segue, mas com avanços nesse sentido.

Entretanto, as mulheres do campo continuam a desempenhar duplamente sua força de trabalho, exercendo suas atividades dentro do que a autora chama de âmbito do “espaço-tempo doméstico” e dentro do “espaço-tempo de produção”, sendo que a visibilidade do trabalho da mulher ainda não avançou de forma significativa (SOUZA, 2008).

Souza (2011) enfatiza que a resistência das mulheres no último século desdobrou-se em marchas, protestos, reivindicações e teorizações a respeito desta disposição “natural” das coisas. A autora diz ser inegável que historicamente as mulheres sempre tiveram que enfrentar a desigualdade, todavia, é tão verdade quanto o fato de que elas nunca se submeteram completamente à ela.

No campo, as lutas feministas passaram a problematizar as relações sociais de gênero na sociedade e nas políticas públicas destinadas para a população do campo (BARBOSA, 2015). Todavia, essa conquista se deu a partir da participação política de mulheres que se desafiaram a lutar contra as desigualdades sociais, talvez não como bandeira principal as desigualdades de gênero, mas luta por direitos, como direitos sociais e da reforma agrária. Barbosa (2015) ainda destaca Elizabeth Teixeira, uma das primeiras figuras públicas femininas, tendo como pauta o campo e seus trabalhadores; Margarida Maria Alves, que, através da luta sindical, se tornou uma das primeiras

mulheres a se tornar presidente de um sindicato. Assim, mesmo que muitas vezes invisibilizadas, as mulheres estão historicamente na luta pela reforma agrária no país.

Assim, nas últimas décadas o que se tem percebido é um intenso embate dentro e fora das estruturas dos movimentos sociais rurais que as mulheres conquistaram espaço para trazer as questões de gênero e fazer da mulher independente e uma bandeira dentro de uma perspectiva libertadora e estender essa conquista a todas as companheiras, mulheres “invisíveis” rurais (RIOS e BASTOS et al., 2015). Os autores salientam que nesse período percebe-se a organização das mulheres também no semiárido brasileiro e entendem que não há como pensar em novas formas de convivência com o semiárido sem considerar as questões pertinentes às relações de gênero e a importância dessa temática na configuração desse novo momento.

Sobre esse aspecto Andrade (2012) reflete que convivência com o Semiárido só se torna possível a partir de outros interesses no relacionamento entre os seres humanos e a natureza, que não o capital; o fortalecimento da produção agroecológica; e nisso é necessário romper com a concentração da terra, da água e do poder; uma educação do campo fundada na emancipação dos sujeitos; e a perspectiva de construção de uma sociedade alicerçada em novas relações sociais.

Nesse contexto Siliprandi (2007) contribui ao dizer que a agroecologia reforça essa questão ao buscar criar relações sociais mais igualitárias, contrapondo-se à naturalização da situação de opressão das mulheres na sociedade, se aproximando das políticas que promovem a igualdade de gênero, e tornando visível o trabalho desenvolvido pelas mulheres, que é fundamental para a sustentabilidade e para a reprodução familiar.

Identifica-se então a necessidade de novas abordagens para pensar as mudanças nos espaços rural e urbano (STROPASOLAS, 2006; ABRAMOVAY et al., 1997), principalmente que incluam e viabilizem a protagonização da juventude, no questionamento dos padrões de hierarquias de gênero e geração que tendenciam para o envelhecimento e masculinização verificada em determinados territórios rurais brasileiros.

Finalmente, quando se discute sobre a transformação nas relações sociais entre os diferentes sexos, torna-se fundamental aprofundar-se nos aspectos referentes ao trabalho desempenhado por ambos, propiciando maior visibilidade e importância ao trabalho feminino. Assim, o presente trabalho objetiva discutir os aspectos da divisão sexual do trabalho no campo do semiárido baiano, estudando os homens e mulheres, familiares da juventude rural estudante do Curso Técnico



Integrado de Agropecuária do Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), fruto da parceria entre IF Baiano – *Campus Serrinha* e Escola família agrícola do Sertão (EFASE), localizada em Monte Santo, BA.

Metodologia

O presente trabalho é parte de uma pesquisa vinculada a Pós-graduação em Inovação Social com ênfase em Economia solidária e Agroecologia do IF Baiano – *Campus Serrinha*. Se trata de uma pesquisa de Gênero e Agroecologia com a juventude rural da Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE), pertencentes as Território do Sisal, semiárido baiano. Os sujeitos (as) do estudo são os (as) educandos (as) integrantes do 1º ano do Curso Técnico Integrado de Agropecuária do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), desenvolvido pelo IF Baiano e sediado na EFASE, município de Monte Santo.

Trata-se da sistematização da fase inicial do diagnóstico do trabalho de pesquisa, que prevê a adoção da pesquisa-ação como princípio metodológico central. Assim, o presente trabalho, utilizou como ferramenta para o diagnóstico inicial a “Rotina diária das atividades de Mulher e Homem” (VERDEJO, 2010). Neste instrumento de Diagnóstico Rural Participativo (DRP) se descrevem as atividades, possibilitando visualizar a divisão de trabalho entre os membros das famílias.

A adoção do DRP neste trabalho se deu, por se tratar de técnicas e ferramentas que permitem que os (as) sujeitos (as) da pesquisa façam seu próprio diagnóstico, possibilitando que eles (as) venham autogerenciar o planejamento e desenvolvimento da ação de mudança (VERDEJO, 2010).

No presente estudo, os (as) jovens, realizaram essa atividade-diagnóstico em suas casas, durante o tempo comunidade, momento em que o aprendizado das atividades escolares é vivenciado/desenvolvido nas comunidades de origem dos (as) estudantes, preconizado como para da formação em cursos que adotam a pedagogia da alternância.

Para realização do diagnóstico foi realizada uma oficina com os (as) estudantes com a perspectiva de discutir sobre DRP e explicar a ferramenta a ser usada. Dessa forma, foi proposto que cada estudante registrasse através da figura de um relógio as atividades diárias do homem e da mulher (pai, mãe, avó, avô, etc.) presente em suas casas. Os (as) participantes fazem parte das seguintes comunidades: comunidade de Fundo de Pasto Lage das Aroeiras (Uauá/BA), comunidade do Salgado (Monte Santo/BA), comunidade Lagoa do Saco (Muquém/BA).

Esse diagnóstico participativo foi realizado no mês de setembro de 2016, por 27 educandos/investigadores (as) sendo que cada um destes analisou a rotina de 1 homem e 1 mulher, totalizando 27 mulheres e 27 homens. A atividade teve como objetivo auxiliar o processo formativo dos (as) educandos (as) na compreensão das dinâmicas das relações de gênero dentro do contexto de inserção desses (as) jovens, propiciando a reflexões, a cerca, das realidades de homens e mulheres.

Os dados foram analisados de forma qualitativa e quantitativa. Na análise qualitativa a comparação entre os relógios das atividades diárias dos homens e mulheres, relacionando-os entre si e com bibliografia especializada, caracterizando uma abordagem descritiva - explicativa. Os dados numéricos a partir da descrição das atividades de todos as duplas “homem-mulher” foram organizados em forma de tabela, quantificados e descritos.

Resultados e discussão

As 27 mulheres e os 27 homens analisados nesta pesquisa são familiares dos (as) educandos (as) investigadores (as), e residem em comunidades rurais dos municípios de Uauá, Monte Santo e Muquém. A Figura 01 demonstra o espaço de trabalho destes (as) participantes, ficando evidente que a maioria das mulheres (66%) trabalham na própria unidade familiar.

Há uma tendência universal de atribuir aos homens o espaço da esfera pública e a mulher a esfera privada ou doméstica, e, apesar de as mulheres terem aumentado sua emancipação nos diferentes espaços, no âmbito familiar é onde menos se avançou (LEAL, 2011). Esse aspecto é facilmente identificado na realidade estudada, pois, das mulheres que trabalham fora da unidade familiar, 77% também realizam trabalho doméstico quando estão em casa. Quando somadas as mulheres que trabalham na propriedade têm-se 92% das mulheres realizando atividades domésticas. Não foi registrada a participação de homens em qualquer tipo de atividade doméstica (limpeza, lavagem de roupa, preparo dos alimentos, etc.) seja qual for o espaço de trabalho destes (na unidade familiar ou fora).

É inegável que ter/exercer uma profissão representa hoje para muitas mulheres uma fonte de realização pessoal, de independência, o que muito influencia na construção de relações de gênero mais igualitárias. De acordo com Leal (2011), há entre os homens uma consensualidade na aceitação da vida profissional da mulher, entretanto, indica-se que para eles a execução de

atividades produtivas fora de casa pelas mulheres é fundamental, desde que essas não atrapalhem a execução das atividades domésticas, explicitando a permanência de velhos valores.

Tabela 1. Extrato da divisão do trabalho observada na rotina diária dos homens e mulheres registrada pelos (as) jovens do 1º ano do Curso Técnico Integrado de Agropecuária do vinculado ao Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA) do Instituto Federal Baiano em Parceria com a Escola Família Agrícola do Sertão (Monte Santo, 2016).

Atividades	Mulheres	(%)	Homens	(%)
1. Trabalho fora da unidade familiar	9	33,3	15	55,6
2. Trabalho de produção da unidade familiar	6	22,2	12	44,4
2.1. Varrer o quintal	2	7,4	0	0,0
2.2. Carregar água	3	11,1	0	0,0
2.3. Cuidar da horta	1	3,7	1	3,7
2.4. Regar a horta	4	14,8	0	0,0
2.5. Atividades na casa de farinha	1	3,7	0	0,0
2.6. Trabalho no roçado	1	3,7	12	44,4
2.7. Tirar leite	0	0,0	3	11,1
2.8. Prender as cabras	0	0,0	1	3,7
2.9. Pastorear animais	0	0,0	2	7,4
2.10. Tratar dos animais	0	0,0	7	25,9
3. Trabalho doméstico da unidade familiar	25	92,6	0	0,0
3.1. Preparar o café	15	55,6	0	0,0
3.2. Varrer o quintal	2	7,4	0	0,0
3.3. Lavar roupas	6	22,2	0	0,0
3.4. Arrumar a casa	17	63,0	0	0,0
3.5. Cuidado com as crianças	1	3,7	0	0,0
3.6. Lavar a louça	9	33,3	0	0,0
3.7. Costurar	3	11,1	0	0,0
3.8. Preparar o almoço	18	66,7	0	0,0
3.9. Preparar o jantar	12	44,4	0	0,0
4. Atividade de Lazer	27	100	27	100
4.1. Lazer	2	7,4	5	18,5
4.2. Assistir TV	24	88,9	18	66,7
4.3. Ir à Igreja	1	3,7	1	3,7
4.4. Visitar familiares	6	22,2	2	7,4
4.5. Descanso	19	70,4	20	74,1
4.7. Aula dança	1	3,7	0	0,0

Fonte: Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), elaborado pelos autores.

Exemplo disso, é que, mesmo em que a maioria dos registros das atividades os homens e mulheres acordarem e dormirem na mesma hora, as atividades de lazer e descanso (visita aos familiares, Igreja, TV) das mulheres são permeadas pela prévia conclusão das atividades domésticas. Para Kergoat (2000) divisão sexual do trabalho tem dois enfoques, o primeiro consiste em segregação entre o considerado trabalho feminino e o considerado trabalho masculino. O segundo diz respeito à

hierarquização onde o trabalho masculino é colocado acima do trabalho feminino, como mais importante.

Nos relógios analisados os (as) estudantes registraram “Acorda e *faz* o café” para 55% das mulheres, contrapondo 88% de “Acorda e *toma* café” registrado nos relógios dos homens. Sobre tal dado Bourdieu (1999) contribui ao ressaltar que no histórico machismo que permeia a nossa cultura, são mais aceitáveis a incorporação das mulheres em atribuições historicamente masculinas, do que a incorporação masculina a novas atribuições na esfera do doméstico.

Apenas 22% das mulheres estão envolvidas com atividades de produção na agricultura e/ou pecuária, sendo mencionadas as seguintes atividades: cuidado dos quintais e terreiros, trabalho no roçado, irrigação da horta, trabalho em casa de farinha e abastecimento da água.

Atualmente existe uma ampla discussão sobre o papel da mulher no desenvolvimento rural. Questiona-se sobre a teoria que defende que no modelo de desenvolvimento produtivista ela continuará a ser dominada e que, se este tiver um caráter sustentável, pode haver então melhores condições de igualdade e emancipação da mulher (FIÚZA, 2012). Mas é fato, de acordo com a autora, que o atual momento é de grande ênfase na defesa de um desenvolvimento sustentável, que valoriza práticas produtivas alternativas, e que a mulher passou a ser valorizada pelas políticas públicas de desenvolvimento rural, devido às suas práticas tradicionais.

Para Shiva e Dankelman (1994) o papel fundamental da mulher na agricultura foi sendo gradualmente diminuído em função da introdução de novas tecnologias agrícolas e variedades culturais, que tem na prática os agricultores homens. Elas defendem que as mulheres assumem cada vez mais o papel de trabalhadoras manuais, conforme vão perdendo o controle sobre a produção e o acesso aos recursos.

Siliprandi (2007) salienta que o debate sobre gênero e agricultura familiar têm avançado bastante nos últimos anos, centrado tanto na invisibilidade do trabalho feminino nas atividades produtivas e reprodutivas, como nas perspectivas que se abrem para as mulheres com a ascensão cada vez maior das atividades não agrícolas como geradoras de renda no meio rural. No entanto, para a autora, algumas questões permanecem em aberto e merecem uma reflexão quando nos perguntamos o lugar das mulheres nas propostas agroecológicas e as perspectivas de emancipação vinculadas a essas atividades. Gouveia (2003) é bastante contundente na sua análise de que, a agricultura familiar,

mesmo nas suas formas mais “democráticas” não tem sido capaz de enfrentar as desigualdades de gênero, permanecendo um setor onde as mulheres têm a sua autonomia bastante restrita, e a sua cidadania negada, seja pelo Estado (através das políticas públicas) seja pela sociedade civil.

Por essas razões torna-se muito importante a luta das mulheres por equidade em todos os espaços que ocupam, ressaltando ainda mais a importância de ganhar espaço nos locais de poder não reservados a estas. Segundo Sen (2004) o papel da mulher como agente social vem gradativamente ganhando destaque nas transformações sociais, sendo que essas mudanças sociais não se limitam as mudanças em seu próprio benefício, mas também pode promover transformações na estrutura social de uma forma mais ampla.

Conclusão

O estudo das relações de gênero em diferentes contextos e vivências tem se mostrado importante por desvelar a realidade de invisibilidade e desvalorização do trabalho das mulheres. O conhecimento acerca das discussões de gênero e a mobilização dessas mulheres, e suas consequentes ações para transformação, tem permitido que essas que estas se tornem protagonistas internamente, onde são capazes de forjarem estratégias na busca de construir ações de desenvolvimento, com mais participação social e de mais sustentabilidade, a partir de suas potencialidades e vocações. O reordenamento das relações se faz necessário, assim, viabilizar a reflexão e ação dos diferentes atores, especialmente da juventude, não somente possibilita a mudança das relações de gênero, mas também fortalece as mulheres no sentido delas assumirem valores de resistência, solidariedade e reciprocidade para avançar na construção de seu empoderamento nos espaços privados e públicos.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Chapecó/Brasília: FAO/INCRA/EPAGRI-SC/Centro de Pesquisa para Pequena Propriedade, 1997.

ANDRADE, G. dos S. Escola Família Agrícola do Sertão: Experiência da Relação Escola-Família/Comunidade. In: Anais do II Seminário de Educação do Campo do Recôncavo e Vale do Jiquiriçá, III Encontro de Educação do Campo de Amargosa, 2012.

ANDRADE, N. S; ANDRADE J. P; TROILO G. Compreendendo a problemática agrária do território: uma experiência de mapeamento participativo com educandos da Escola Família agrícola



do Sertão, Monte Santo (BA). 2015. In: II Seminário Internacional de Educação do Campo. Resumos... Feira de Santana-BA, 2015.

BARBOSA, E, C. **Mulheres: tecendo relações agroecológicas e autonomia no assentamento Oziel Pereira-PB**. Monografia de Pós-graduação Stricto Sensu em Agricultura Familiar, Camponesa e Educação do Campo – Residência Agrária. UFPB/CCHSA, Bananeiras. 2015.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CAPORAL, F. R, PAULUS, G et al. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília : 2009.111 p.

FIÚZA, A. L. C. Mulher, natureza e desenvolvimento. In: FIÚZA, A. L. C.; PINTO, N. M. de A. (Org). **Mulheres em movimento: as novas facetas de gênero na sociedade contemporânea**. Visconde de Rio Branco, MG: Suprema, 2012.

AGEITEC. Agência Embrapa de Informação Tecnológica. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_sisal/arvore/CONT000fckg3dhc02wx5eo0a2ndxyf4ytd.html. Acesso em: 18 de out. de 2016.

IBGE. Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico de 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf> Acesso em: 18 de out. de 2014.

LEAL C. M. Divisão sexual e social do trabalho: reprodução das desigualdades de gênero? In: Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão, 23 a 26 de Ago. de 2011.

RIOS P. P. S; BASTOS, A. S.; BARROS, E. R. Mulheres no semiárido brasileiro: uma história invisibilizada. **Revista Ouricuri**: vol. 5, nº.2. Jul/Ago de 2015.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 4ª ed., 2004.

SHIVA, V; DANKELMAN, I. As mulheres e a diversidade biológica: lições do Himalaia Indiano. In: Gaifami, A. (Org.). **Cultivando a diversidade: recursos genéticos e segurança alimentar local**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994.

SILIPRANDI, E. Agroecologia, Agricultura Familiar e Mulheres Rurais. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. 2007.

SOUZA, A. de. **A dominação masculina: apontamentos a partir de Pierre Bourdieu**. Disponível em: <www.metodista.br/.../a-dominacao-masculina-apontamentos-a-partir-de-pierre-bourdieu>. Acesso em: 05 de Maio 2011.

SOUZA, I.P. Os sentidos e representações do ecofeminismo na contemporaneidade. Seminário de pesquisa em ciências humanas (7:2008: Londrina, PR). **Anais do [7] seminário de pesquisa em ciências humanas** de 17 a 19 de setembro de 2008.



STROPASOLAS, V. L. O mundo rural no horizonte dos jovens. **Florianópolis:** Editora da UFSC, 2006, 346 p.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnostico rural participativo: guia prático DRP.** Brasília: MDA / Secretaria de Agricultura Familiar, 2010. 62 p:il.

